

Constituinte gasta Cz\$ 60 milhões na festa de promulgação

Janio de Freitas

Onde a lei deve começar

O argumento do deputado Ulysses Guimarães para submeter logo o texto constitucional à última votação, encerrando-se os trabalhos da Constituinte, são consideráveis em princípio, mas insuficiente ética e juridicamente.

Ulysses enfim compreendeu que o país está cansado desta Constituinte arrastada e, além disso, teme que um terceiro turno de votações, ainda que limitado, reabra impasses temáticos que foram liquidados com muito esforço. A estes argumentos, digamos, públicos, pode-se acrescentar um de ordem pessoal, e por certo não menos relevante para o Ulysses, que é o seu projeto de aproveitar as eleições municipais para sua própria campanha presidencial, apresentando-se como o herói da Constituinte ou o que o valha.

Mas o Regimento Interno da Constituinte é taxativo na limitação das atribuições conferidas à Comissão de Redação: nada além de sanar deficiências de forma dos textos aprovados pelo plenário. Por sua parte, a própria emenda que convocou a Constituinte estabeleceu, ao ser aprovada pelo Congresso, que os dispositivos da nova Constituição teriam, sem exceção, de passar por duas votações. E, no entanto, a Comissão de Redação exorbitou de suas atribuições, ora preenchendo lacunas, como o esquecimento de que o presidente da República e seus ministros devem também pagar Imposto de Renda (sobre os ganhos convencionais, pelo menos), ora se permitindo supressões e alterações que, se não alteram mesmo o sentido do artigo aprovado, abrem oportunidade a interpretações contrárias à decisão da Constituinte. E Ulysses quer que essas alterações sejam votadas apenas no conjunto geral, com todos os demais artigos.

Não importa se o presidente Sarney está interessado em protelar a entrada da nova Constituição em vigor e, para isto, instrui seus parlamentares a desenvolverem manobras protelatórias. Não importa se a direita e os grupos de pressão do capital se reanimam para aproveitar novas votações e, entre elas, recuperar algumas vantagens que lhes escaparam no segundo turno. Nem importa se há lacunas, porque a própria Constituição a ser promulgada prevê os meios de saná-las.

O que importa é a necessidade de que as leis e os regulamentos comecem a ser obedecidos neste país. E nada mais impróprio do que uma Constituinte detentora da responsabilidade de definir novos quadros legais para a sociedade, o faça através de expedientes ilegais e irregulares.

Ao longo da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães violou o Regimento Interno numerosas vezes. Atendia, em cada caso, à maioria circunstancial e esta tratava de inutilizar, por sufocação, os protestos da minoria, cuidando os simpáticos meios de comunicação de atenuar o gesto do simpático presidente da Constituinte. Nada como a simpatia, quem me dera. Para um candidato virtual à presidência, porém, nada menos simpático do que chegar ao ponto de encerrar uma Constituinte com um ato de dupla violação às normas. — as do Regimento Interno e as da emenda que instituiu a própria Constituinte. Afinal, o que se pretende do sucessor de Sarney não é muito mais do que isto: que seja capaz de fazer o que é direito e necessário, e não o que lhe ditam as conveniências e interesses.

Correção

O grupo Pão de Açúcar não é o segundo, como foi aqui publicado de passagem, anteontem, mas o quarto maior em vendas. Esta posição está no mais recente levantamento da revista "Exame", já nas bancas.

Do livro de receitas

O tema do congelamento temporário de preços e salários está outra vez descongelado em Brasília. Tanto nas assessorias dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, como na do presidente Sarney, alguma forma de congelamento é cada vez mais mencionada, já abertamente, como único meio de deter a inflação do "arroz com feijão".

BOB FERNANDES
Da Sucursal de Brasília

A festa da promulgação da nova Constituição, marcada para 5 de outubro, vai custar "algo em torno dos Cz\$ 60 milhões", disse à Folha o corregedor-geral da Mesa do Congresso constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA). Nessa quantia, correspondente a 516 mil 351 litros de leite tipo C, não estão contabilizados os custos absorvidos pela infra-estrutura do Congresso Nacional, como a confecção dos 559 diplomas na gráfica do Senado e o transporte de bandas de músicas e convidados.



"Pode subir ou descer um pouquinho, mas os gastos previstos são estes", disse Arbage. O deputado especificou quantas medalhas, de ouro, prata e bronze serão distribuídas: "Teremos cinco de ouro, para o

Ulysses Guimarães, José Sarney, o relator Bernardo Cabral, o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer". Essas cinco medalhas, segundo o corregedor, custarão Cz\$ 600 mil.

Cada um dos outros 556 constituintes receberá uma medalha de prata e 1.400 convidados, medalhas de bronze. Arbage não soube especificar o custo por unidade, mas disse que "no total" os gastos com medalhas chegarão a "uns Cz\$ 35 milhões". Disse ainda o deputado que, dos 1.400 convidados (cada parlamentar tem direito a dois convites), apenas 39, estrangeiros, terão hospedagem e transporte pagos pelo Congresso constituinte.

Em Brasília, são três os hotéis que habitualmente hospedam convidados oficiais e, neles, cada diária sairia por Cz\$ 24 mil. Se os convidados permanecerem na capital os dois dias previstos, serão gastos Cz\$ 1,872 milhão, acrescidos do transporte para cada um dos convidados.

Deputados criticam medalhas

Da Sucursal de Brasília

A outorga de medalhas de ouro, prata e bronze aos parlamentares e seus convidados foi criticada ontem, por diversos partidos, num dia em que o Congresso Nacional esteve quase vazio. "Medalha pro Sarney? Para quê, se ele tentou golpear duas vezes a Constituinte?", indagou a deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP). "O José Antônio Silva, um funcionário do meu gabinete, trabalhou todos os dias das sete da manhã até a madrugada. Ele não vai ganhar medalha?", acrescentou.

O primeiro vice-líder do PT, José Geníno (SP), protestou: "Me recuso a aceitar isto. Dar medalhas e ainda mais para Sarney? Vamos virar motivo de chacota nacional."

O deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) propôs: "Deveríamos leiloar todas as medalhas e repassar o dinheiro à associação de excepcionais. Seria mais justo porque nem nós, e muito menos Ulysses, precisamos de medalhas para lembrar dos nossos trabalhos."

A deputada Dirce Quadros, no plenário, perguntava: "E aqueles que faltaram o tempo todo vão ganhar medalha de quê? De lata?" Pelo PDT, protestou o deputado César Maia (RJ), considerando a homenagem um "desperdício" de dinheiro público. Osvaldo Bender (PDS-RJ) e Ruy Nedel (PMDB-RS) também criticaram a outorga. Bender prometeu encabeçar uma lista de assinaturas contra.

O coquetel para duas mil pessoas, a ser oferecido em seguida à promulgação, custará, segundo Arbage, "entre Cz\$ 2 milhões e Cz\$ 2,5 milhões". O coquetel, no Congresso Nacional, acontecerá depois da cerimônia de promulgação, que deverá durar "no máximo 50 minutos", de acordo com Arbage.

O programa prevê a transformação das galerias em "tribuna de honra", para acolher os convidados. Em razão disso, as galerias foram reformadas, desaparecendo a divisão, com barras de ferro, entre os setores "imprensa" e "convidados". No Salão Verde, no plenário do Senado e nos auditórios Nereu Ra-

mos e Petrônio Portela, serão instalados cinco telões para transmissão da cerimônia.

"Só o Ulysses vai falar", disse Arbage. Além de seu discurso, o presidente do Congresso constituinte lerá o juramento à nova Constituição e os parlamentares responderão "juramos", a partir das 15h. Pela manhã, às 9h, no mesmo local onde o papa João Paulo 2º rezou missa na capital, será celebrado um culto ecumênico, com a presença do arcebispo de Brasília, José Freire Falcão, e pastores de igrejas evangélicas. Ontem, em Brasília, denúncias eram as críticas à outorga de medalhas.